

Relato da 137ª Reunião do Plenário¹

No dia 21 de novembro de 2018, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima trigésima sétima sessão plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Aprovação do Relato da 136ª Sessão Plenária;
- Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”;
- Apresentação do Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, sobre as propostas e estudos desenvolvidos no âmbito do acesso ao ensino superior e evolução do número de vagas, pelo Grupo de Trabalho que Coordena.
- Apresentação do Estado da Educação 2017.

A Presidente saudou os presentes e lembrou a ordem de trabalhos da reunião.

Informações – a Presidente informou que o CNE preparou uma exposição alusiva aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos 40 anos da assinatura da Convenção Europeia. Lembrou outras iniciativas próximas, tais como: o seminário sobre o mesmo tema que decorrerá no dia 26 de novembro; a realização no dia 6 de dezembro do seminário sobre: *Que competências para a revolução digital?*, em parceria com o GILM (Grupo Informal para a Literacia Mediática), e a Conferência sobre a *Educação e os Desafios do Futuro* que acontecerá nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian. Mencionou ainda que o CNE irá trabalhar sobre o acesso e a evolução das vagas no ensino superior, o que justifica a presença nesta reunião do Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, que foi nomeado coordenador de um grupo de trabalho

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

com o foco de analisar o impacto da afetação de vagas no ensino superior, nomeadamente em Lisboa e no Porto.

Aprovação do relato da 136.ª Sessão Plenária – a Presidente colocou à apreciação e votação a proposta de relato da reunião plenária anterior que foi aprovada, mantendo o prazo de uma semana para comunicação de eventuais alterações.

Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional” – A Presidente convidou o Conselheiro Bártolo Paiva Campos, Coordenador da 5ª Comissão Especializada Permanente, a apresentar a proposta de recomendação. O Conselheiro contextualizou a elaboração deste documento no âmbito da 5ª Comissão tendo em conta o seu objeto, centrado no papel das várias entidades que, a nível nacional, regional, autárquico e de escola, participam na gestão das ofertas de educação e formação, e a recente aprovação pela Assembleia da República da Lei-Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. De seguida, elencou e explicou as ideias chave da recomendação.

No debate superveniente intervieram os/as conselheiros/as Antero Resende, Fernando Almeida, Francisco Santos, João Dias da Silva, Jorge Ascensão, Leon Acosta, Maria Calado, Mário Nogueira e Paulo Sucena. Foi unanimemente realçada a qualidade e a importância da proposta de recomendação apresentada e, embora se questionasse a oportunidade da mesma, dado que o diploma legal sobre o tema já foi aprovado, considerou-se ainda assim pertinente que o CNE tomasse posição sobre o assunto e que seria sempre possível contribuir para alguns ajustamentos e alterações. Foi manifestada a preocupação das escolas com este processo de transferência de competências e a importância de serem preservados critérios de equidade, sustentabilidade, coesão social e territorial e subsidiariedade. Chamou-se a atenção para a necessidade de acompanhamento e avaliação do processo e para a articulação com outros normativos, nomeadamente o da lei de finanças locais. O Conselheiro Jorge Ascensão expressou a discordância da CONFAP relativamente à sugestão de que as AEC se realizem preferencialmente no início ou no fim das atividades curriculares obrigatórias e na possibilidade

implícita de que parte da comunidade, nomeadamente os representantes das famílias, fique privada de participar em algumas das competências do Conselho Municipal de Educação.

Depois de analisadas e aceites algumas das sugestões de alteração apresentadas, a Presidente colocou a votação a proposta de Recomendação, que foi aprovada com um voto contra.

Apresentação do Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, sobre as propostas e estudos desenvolvidos no âmbito do acesso ao ensino superior e evolução do número de vagas, pelo Grupo de Trabalho que Coordena – A Presidente agradeceu a disponibilidade do Prof. Doutor João Pinto Guerreiro para estar presente nesta reunião e fazer o ponto da situação das atividades do Grupo de Trabalho do qual é coordenador.

Na sua intervenção, o Prof. Doutor João Pinto Guerreiro referiu que o despacho de nomeação do grupo de trabalho era muito recente e com objetivos mais amplos do que a avaliação do impacto das medidas de afetação de vagas, determinadas este ano, pretendendo-se igualmente que se efetue uma reflexão sobre o regime de acesso ao ensino superior, em termos globais. Lembrou a existência de diversos estudos e propostas já existentes sobre a matéria, nomeadamente do Conselho Nacional de Educação, que iriam ser muito úteis para o trabalho a desenvolver.

Nessa medida, mencionou os cinco tópicos de análise para o grupo de trabalho: i) o concurso nacional de acesso ao ensino superior – a avaliação do impacto das alterações introduzidas no último ano, nomeadamente as áreas de formação que poderiam ter ficado fragilizadas, origem geográfica dos alunos e a reflexão em torno do aumento da responsabilização das Instituições de Ensino Superior no processo de seleção dos seus alunos; ii) acesso dos alunos provenientes do ensino profissional – trata-se de um universo significativo para o qual é necessário encontrar critérios de acesso próprios; iii) cursos técnicos superiores profissionais; iv) estudantes internacionais – trata-se de uma área com um forte potencial de expansão e v) aprendizagem ao longo da vida – existe um défice de atenção relativamente a este aspeto por parte das instituições de ensino superior.

Seguiu-se o debate, no qual participaram os/as seguintes conselheiros/as: António Fidalgo, João Cravinho, Jorge Ascensão, Lurdes Figueiral, Pedro Dominginhos e Pedro

Lourtie. Sobre a medida de afetação das vagas, consideraram não estar clara a razão da decisão, embora tenha sido justificada pelo Governo como se tratasse de uma decisão que visava a coesão social. Sendo assim, interrogaram: porque não um aumento das vagas nas IES do interior, em vez do corte em Lisboa e Porto? Haverá alguma razão de ordem financeira? Consideraram, por isso, que seria importante refletir e avaliar a medida e analisar exemplos de outros países, que tivessem adotado medidas semelhantes, com vista a perceber como foi feito e com que resultados. No entanto, o Conselheiro António Fidalgo entende a medida como benéfica, porque pode contribuir para uma maior procura pelas IES do interior que, de outra forma, tenderiam a ficar mais desertificadas. Chamaram igualmente a atenção para a importância da democratização das pós-graduações, que, em Portugal, dependem e muito da vontade dos empregadores, para o problema que é a escassa procura dos cursos de formação de professores e para a necessidade de repensar o acesso ao ensino superior que tem prejudicado e desvalorizado o ensino secundário, que tem sido entendido não como um ciclo de estudos terminal e certificante, mas como a via de acesso ao ensino superior.

Apresentação do Estado da Educação 2017 – na apresentação do relatório, a Presidente realçou o que era novo no documento, para além dos indicadores tratados anualmente. Destacou, assim, a Parte II do documento dedicada ao interior, o capítulo introdutório que mostra o posicionamento de Portugal em relação às metas da UE e da ONU e o capítulo sobre equidade. Chamou a atenção para os pontos positivos alcançados por Portugal, mas percorreu também os aspetos que carecem ainda de melhoria. Referiu, em alguns casos, a necessidade e a importância de elaboração de estudos, que permitam perceber as razões dos problemas e encontrar as medidas a adotar para a sua resolução.

A Presidente agradeceu a presença e os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.